

Bresser não admite que acordo com FMI seja condição para negociar

por Celso Pinto
de Washington

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, chegou ontem a Washington com duas posições firmadas em relação à negociação da dívida externa. Ele não aceita fazer um acordo formal com o FMI agora, nem admite que esse ponto possa ser uma condição prévia para a discussão com os bancos.

"Se os bancos falarem que só negociarão com o Brasil se fizermos um acordo com o Fundo, nós esperamos até que eles mudem de ideia", disse Bresser, pela manhã, à imprensa. O Brasil prevê, em seu plano econômico, pagar cerca de 50%, ou US\$ 2,8 bilhões, dos juros devidos aos bancos privados em 1988. A única condicionalidade que o ministro diz aceitar dos bancos é o compromisso de o País honrar essa parcela de pagamentos.

Ele foi bastante claro em relação à moratória: o objetivo é acabar com ela. Mas ela continuará até que haja um acordo razoável. "Eu não acho que uma moratória seja um problema muito grave", definiu. "Quando não se tem um mercado voluntário de empréstimos e surgem problemas, ela é uma consequência natural."

O ministro fez uma crítica bastante dura, num tom acima do que vinha utilizando, ao modelo convencional de negociação. Classificou a atuação conjunta do Tesouro norte-americano, do Federal Reserve (banco central) e do FMI em respaldo aos bancos como "a alternativa de poder total dos credores", que considerou inteiramente inaceitável.

Esta viagem servirá basicamente para a apresentação da equipe e de seu plano econômico e para fixar o calendário com os bancos credores, o que de fato ficou acertado, em princípio, na reunião com o comitê assessor, em Nova York: os primeiros encontros de negociação poderão acontecer em setembro.

Bresser Pereira insistiu em que um acordo formal com o FMI, no momento, "não tem a aprovação do presidente Sarney nem da sociedade brasileira". Mas não é uma alternativa descartada para o futuro, desde que desvinculada do acordo com os bancos e "que o Fundo não imponha metas absurdas".

O ministro explicou que não aceitaria deduzir do pacote de negociação com os bancos privados os recursos que eventualmente pudesse obter com um acordo futuro com o Fundo.



Luiz Carlos Bresser
Pereira

Se o acordo acontecer, o dinheiro do FMI virá somar-se às reservas cambiais.

O ministro disse ter sido informado pelo diretor-executivo do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, que o relatório que a instituição está preparando sobre o Brasil deverá ser basicamente positivo.

Seu périplo pelos Estados Unidos incluiu, ontem, uma conversa com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antonio Ortiz Mena, que serviu para repassar os pontos do plano brasileiro e discutir os problemas de fluxo de recursos com o BID. O Brasil terá um fluxo

negativo do BID neste ano estimado em US\$ 100 milhões, e há pouca chance de reverter o sinal.

O ministro falou também com o senador Bill Bradley, democrata. Ele é autor de algumas ideias heterodoxas para resolver o problema da dívida e tem-se transformado em interlocutor frequente de autoridades brasileiras que vêm a Washington. Bradley expôs algumas de suas ideias, como a de uma maior vinculação entre o problema financeiro da dívida e o do comércio internacional. Bresser, naturalmente, gostou do que ouviu.

Outros encontros aconteceram com membros do subcomitê de hemisfério ocidental do Congresso, inclusive com seu presidente, o senador democrata Christopher Dodd.

Entre os encontros que Bresser Pereira terá hoje, inclui-se o presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, que deixa o cargo em agosto. Mas o ministro também deverá ter contatos com o futuro presidente do Fed, Alan Greenspan, que ainda não foi oficialmente aprovado pelo Congresso norte-americano. Por esta razão protocolar, o encontro com Greenspan não está incluído na agenda oficial e será feito discretamente.